



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27/10/2014
(Contém folhas)

ATA Nº 21

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 27/10/2014

ATA Nº 21

----- Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 13 de outubro de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

Coordenador da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pampilhosa da Serra

- Agradecimento

----- Foi presente uma carta do Sr. Coordenador da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pampilhosa da Serra, Dr. Mário João Simões, que se a seguir se transcreve: -----

----- "Chegando agora ao final das minhas funções como Coordenador da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pampilhosa da Serra, venho por esta forma expressar o meu mais



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

profundo agradecimento por toda a disponibilidade demonstrada por V.Ex^a e seus colaboradores, na cooperação em projetos e solução de problemas que, ao longo do meu período de exercício, foram surgindo. -----

----- Durante os anos em que cumpri as minhas funções de Coordenador nesta Unidade de Saúde, tive a oportunidade de constatar que o espírito de cooperação entre instituições, é possível e, sendo feito no interesse dos cidadãos/utentes, é de louvar e preservar. -----

----- Fazendo votos para que este entendimento entre instituições se mantenha no tempo e que projetos vindouros sejam possíveis, agradeço em meu nome, a todos os que tornaram a realização das minhas tarefas um motivo de orgulho. A título pessoal mantenho-me ao dispor para o que V.Ex^a considerar necessário. (...) " -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, na sequência de um ofício proveniente da ARS Centro, em que é exposta a pretensão da Administração Regional de Saúde do Centro, L.P de denunciar o Protocolo de colaboração existente entre a ARS Centro e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, relativamente ao Transporte de Doentes, vai ter hoje uma reunião com o Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, Dr. José Manuel Tereso, onde tenciona questionar a intenção de dissolução por parte da ARS Centro da parceria existente no que a transporte de doentes no concelho de Pampilhosa da Serra diz respeito, tendo em conta que o concelho de Pampilhosa da Serra não possuía, nem possui, uma rede de transportes públicos capaz de satisfazer as necessidades de deslocação dos utentes/doentes às unidades de saúde existentes no concelho, pelo que tal medida vem pôr em causa, as necessidades básicas da população pampilhosense e o respeito pelo seu direito à proteção da saúde. -----

----- Que, esteve presente ontem, dia 26, numa reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da CIM - Região de Coimbra, realizada no Luso, com a presença de todos os Presidentes de Câmara do distrito, na qual foram debatidos os seguintes assuntos: Processo de operacionalização do Plano Estratégico da Região de Coimbra e elaboração do ITI (Investimento Territorial Integrado); Análise e discussão do Documento de Enquadramento Estratégico das GOP 2015-2017; Análise e discussão do dossier EGF/ ERSUC, bem como outros assuntos de interesse para a CIM -RC. -----

Comissão de Melhoramentos da Póvoa
Plano de Ação 2014



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma carta da Comissão de Melhoramentos da Póvoa, a remeter o Plano de Ação para 2014, aprovado na reunião da Assembleia Geral de agosto, para conhecimento do Executivo Camarário. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria-

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 24 de outubro de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.284.942,94 € (dois milhões duzentos e oitenta e quatro mil novecentos e quarenta e dois euros e noventa e quatro centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 174.056,53 € (cento e setenta e quatro mil e cinquenta e seis euros e cinquenta e três centavos), num total de 2.470.757,99 €. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015

----- Foi presente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2015, no valor de 10.331.180,00 € e 7.251.500,00 €, respetivamente. -----

----- Após análise dos documentos, foram postos à votação o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015, tendo sido aprovados por unanimidade. -----

----- Mais foi deliberado submeter os documentos em apreço à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - RECURSOS HUMANOS

2.2.1 - Gestão de Recursos Humanos - Mapa de Pessoal para o ano 2015 Lei nº 35/2014, de 20 de junho

----- Pelo Sr. Presidente foi dito o seguinte: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Lei nº 35/2014, de 20 de junho, estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. -----

----- Determina o artigo 29º da referida Lei, que os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a execução. -----

----- Nestes termos, foi presente o Mapa de Pessoal do Município de Pampilhosa da Serra para o ano 2015. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar, nos termos do n.º 4º do referido artigo. Mais deliberou submeter o referido mapa à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

2.3.1 - Penela Race Events Club

- II Edição Rally da Pampilhosa da Serra - 01 e 02 de novembro 2014

----- Foi presente uma carta de Penela Race Events Club, a solicitar a isenção do pagamento de taxas para o evento que vão levar a efeito nos dias 01 e 02 de novembro do corrente ano, denominado "II Edição Rally de Pampilhosa da Serra". -----

----- Relativamente ao pedido supra, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, a informar que nada obsta à emissão de Licença, desde que sejam reunidas todas as condições de acordo com os pareceres das entidades auscultadas, nomeadamente a GNR. -----

----- Mais refere a informação dos Serviços de Secretaria que, de acordo com o regulamento geral de taxas municipais do Município de Pampilhosa da Serra, não poderá ser isento de taxas. Contudo, o Clube propõe-se estimular, na área do Município de Pampilhosa da Serra, as atividades locais de interesse e mérito económico, social e cultural e entendem os serviços estarem reunidas todas as condições, pelo que poderá o Licenciamento de Ocupação da Via Pública ser isento, de acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 8º e a alínea c) do nº 3 do artº 8º do regulamento acima citado, deixando à consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e isentar de taxas o referido evento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.4 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.4.1 - Vodafone Portugal

- Proposta de reforço de cobertura 3G - Póvoa
- Autorização Para Utilização de Espaço

----- Na sequência das reuniões havidas entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Vodafone Portugal, tendo em vista o reforço de cobertura 3G que há necessidade de implementar no Concelho de Pampilhosa da Serra (Póvoa), foi presente o projeto onde consta a solução técnica proposta pela Vodafone e os objetivos de cobertura UMTS, que carece da autorização por parte da Câmara Municipal, para a instalação do equipamento respetivo. -----

----- Após as explicações dadas pelo Senhor Presidente e também pelo Sr. Vice-Presidente sobre o assunto em questão, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade aprovar o projeto e autorizar a utilização de espaço para instalação do equipamento. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar a referida Autorização, com o seguinte teor: -----

AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO -----

----- MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA, pessoa coletiva de direito público nº 506 811 883, com sede na Rua Rangel de Lima, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, na qualidade de legítimo proprietário, neste ato legalmente representado pelo Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, atenta a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 27/10/2014, e considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições no domínio das comunicações e que constitui uma das competências da Câmara Municipal *"criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"*, nos termos do disposto no nº 1, da al. c) do nº 2 ambos do art. 23º e da alínea ee), do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, declara que: -----

----- Autoriza a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A., com sede no Parque das Nações, Avenida D. João II, Lote 1.04.01, 1998-017 Lisboa, pessoa coletiva nº 502544180, com o capital social de € 91.068.253,00 (noventa e um milhões sessenta e oito mil duzentos e cinquenta e três euros), a colocar um sistema de antenas em espaço suficiente, no prédio rústico sito em Vale das Carvalhas, na freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 32182 e registado a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

favor do Município sob a ficha nº 8395/20111216, designadamente no reservatório de abastecimento de água à Zona Industrial de Pampilhosa da Serra, nos precisos termos constantes do projeto anexo. -----

----- Mais declara, que se responsabiliza pelo fornecimento de energia elétrica necessária ao funcionamento do equipamento a instalar. -----

----- A presente autorização é concedida a título precário, sendo possível, a todo o tempo, a ambas as entidades referidas, solicitar e/ou proceder à remoção dos equipamentos de radiocomunicações instalados, prescindindo de invocar o direito a qualquer indemnização por prejuízos decorrentes da remoção dos referidos equipamentos. -----

----- A Vodafone disponibilizará numa periodicidade bianual, a título gratuito, dois equipamentos terminais gama média, mediante solicitação. -----

----- Pampilhosa da Serra, 27 de outubro de 2014-----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra - José Alberto Pacheco Brito Dias. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.4.2 - Zona Industrial de Portela de Unhais / Solicitação de cancelamento de garantia bancária

----- Na sequência do pedido de cancelamento de uma garantia bancária no valor de 16.119,22 Euros, formulado pelo Sr. Júlio Nunes Martins Gonçalves, na qualidade de proprietário do Lote nº 6 da Zona Industrial de Portela de Unhais, prestada aquando da celebração do contrato de compra e venda celebrado com esta Autarquia, foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, em que é exposto o ponto de situação relativamente ao contrato celebrado, tendo por base o estabelecido nas Normas de Adjudicação dos Lotes de Terreno da Zona Industrial de Portela de Unhais. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, tendo em consideração que atravessamos um período de dificuldades acrescidas para os empresários, tanto a nível nacional como local e que esse fator impediu o proprietário ora requerente de cumprir com o acordado; que na presente data a construção encontra-se concluída e emitido o competente alvará de utilização, deliberou por unanimidade libertar a garantia bancária no valor de 16.119,22 €. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.4.3 – Aquisição de um terreno, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo nº 32683.

- Informação do Sr. Presidente, para conhecimento do órgão executivo autárquico: -
- Tendo em conta que o turismo é uma das áreas em que a Autarquia tem concentrado os esforços possíveis, por considerar a sua enorme importância para o desenvolvimento do Concelho, e que, o Município de Pampilhosa da Serra tem vindo a impulsionar a oferta turística da nossa região de modo a tentar proporcionar uma potencial fonte de riqueza e despertar o interesse turístico, elevando o padrão de qualidade, de prestígio e de promoção da imagem do Concelho de Pampilhosa da Serra; -
- Considerando a grande afluência de banhistas/visitantes à praia fluvial de Pampilhosa da Serra, é pretensão do Município continuar a apostar no Concelho como destino turístico; para tal julga-se importante dar continuidade à requalificação do leito do Rio Unhais, na Zona do “Cabecinho” e “Poço de S. Pedro”, na vila de Pampilhosa da Serra; -----
- Assim, encetaram-se negociações com os proprietários de um dos terrenos absolutamente necessários à concretização do projeto de requalificação supra referido (melhor identificado infra), no sentido de se chegar ao estabelecimento de um valor justo, a suportar pela Autarquia, aquando da sua compra, bem como da indemnização devida pelo abate de árvores aí existentes. -----
- Das referidas negociações encetadas com a D. Nazaré da Veiga Nunes de Almeida Gonçalves Barroso e marido Manuel Joaquim Gonçalves Barroso, proprietários do terreno em questão, foi estabelecido a Câmara Municipal suportar o pagamento de um montante de 5,00€/m2. -----
- Assim, no uso das competências que me foram delegadas por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião realizada em 15/10/2013, designadamente a prevista na al. g), do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, informo que irá ser adquirido pelo valor de 2.105,00 € (dois mil cento e cinco euros), um terreno de olival, sito no lugar de “Poço de S. Pedro”, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, com a área de 421 m2, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo nº 32683, existindo a verba para efetuar a referida aquisição, cabimentada nas Rubricas do Orçamento 0102 430 070101, Código de GOP 04 430 2014/43 e está comprometida de acordo com o número sequencial de compromisso 13851, conforme informação anexa. -----
- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.4.4 - Requalificação do leito do Rio Unhais na zona do Cabecinho e Poço de S. Pedro

- Indemnização pelo abate de árvores existentes no terreno inscrito na matriz da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o nº 32683

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- Considerando a aquisição do terreno supra referido, a fim de dar continuidade ao projeto de requalificação do leito do Rio Unhais, a efetivar pelo Município de Pampilhosa da Serra; tendo em conta a existência de algumas árvores no dito terreno, importa indemnizar a D. Nazaré da Veiga Nunes de Almeida Gonçalves Barroso (Nif: 102.825.947) casada no regime de comunhão geral de bens com Manuel Joaquim Gonçalves Barroso, residentes na Rua Prof. Mário de Albuquerque, nº 5, 6º D, 1600 Lisboa, proprietários do terreno em questão, no valor de 275,00 € (duzentos e setenta e cinco euros) pelo abate das mesmas, tendo em conta a informação dos Serviços Técnicos Florestais da Autarquia, que se anexa à presente. -----

----- Existe verba na rubrica 06020305 do orçamento para cabimentar a despesa supra referida. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS - OBRAS PARTICULARES

3.1.1 - Vistoria a edifício em mau estado em Póvoa da Raposeira

- Processo de Vist. Diversas nº 01/2014

- Registo Nº -/2014

- Proprietário: José Maria Santos

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras - Obras Particulares, do seguinte teor: -----

----- " O proprietário do imóvel em mau estado sito na localidade de Póvoa da Raposeira, freguesia de Unhais-o-Velho, concelho de Pampilhosa da Serra, foi notificado do teor do relatório final de vistoria em 29/04/2014, através do ofício nº 1977, datado de 29/04/2014, no qual lhe foram impostas obras de correção das anomalias verificadas. -----

----- Findo o prazo determinado para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

relativos à demolição do corpo mais alto do edifício acima do limite do pavimento do 1º piso, com a consolidação do remanescente, e à vedação dos vãos de acesso aos pisos térreos, verificou-se que o proprietário não executou os mesmos, tendo o mesmo sido notificado em 18/07/2014, através do ofício nº 3400, para no prazo de dez dias úteis proceder à execução dos referidos trabalhos. -----

----- Decorrido que foi o prazo para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, acrescido dos dez dias acima referidos, sem que o proprietário tenha executado os mesmos, procedeu-se à elaboração de um orçamento tendo por base a tabela de preço/hora de máquinas e viaturas, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 05/05/2004, e os valores atuais dos encargos diários deste Município com o pessoal afeto aos trabalhos a realizar, tendo-se obtido o valor de 3.069,77 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme orçamento em anexo. -----

----- Em sede de audiência prévia, foi o proprietário notificado através do ofício nº 3781 datado de 21/08/2014, da intenção do Município tomar posse administrativa do imóvel para a execução coerciva das obras, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do artigo 91º do Decreto Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 26/2010, de 20/03, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), e do custo dos trabalhos a realizar. -----

----- De referir que durante o prazo de audiência prévia, o proprietário não se pronunciou. -----

----- Pelo exposto, decorrido que foi o prazo de audiência prévia e após conhecimento da não realização dos trabalhos impostos, de acordo com a informação prestada pelos serviços de fiscalização deste Município, após deslocação ao local, entende-se que deverá ser determinada a posse administrativa do imóvel em ruínas e a execução coerciva das obras de demolição do corpo mais alto do edifício acima do limite do pavimento do 1º piso, com a consolidação do remanescente, e à vedação dos vãos de acesso aos pisos térreos, de acordo com o disposto no artº 107º do Decreto Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto lei nº 26/2010, de 30/03, por força do nº 2 do artº 91º do referido diploma. -----

----- Mais se propõe que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com orçamento apenso ao presente processo de vistorias diversas, cujo valor é de 3.069,77 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, seja aplicado o disposto no artº 108º do Decreto Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei nº 26/2010, de 30/03. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços Técnicos de Obras. -----

4 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - EDUCAÇÃO



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.1.1 - Proposta de adenda ao Protocolo de Colaboração do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB 2014/2015

- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----
- “ Junto se remete, para aprovação, proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB 2014/2015, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra e a Cáritas Diocesana de Coimbra. -----
- Este documento tem como objetivo definir os termos e as condições das partes no que concerne ao acompanhamento dos alunos nas eventuais ausências dos docentes/dinamizadores das AEC, bem como as condições necessárias para a execução das mesmas quando destas ausências.-----
- À consideração superior.” -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Bolsas Sociais EPIS - Candidatura

- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----
- “ Venho pela presente informar V.Exª que, no seguimento da Candidatura – “Bolsas Sociais EPIS 2014”, apresentada por este Município à EPIS (Associação de Empresários para a Inclusão Social) no passado dia 9 de outubro de 2014, o Município de Pampilhosa da Serra foi contemplado com uma Bolsa no valor de 400,00 € (quatrocentos euros) anuais e durante três anos, num total de 1.200,00 € (mil e duzentos euros). -----
- Esta bolsa foi atribuída ao Município pelas boas práticas organizativas de promoção de inclusão social de jovens carenciados e/ou em abandono escolar através da educação, formação e inserção profissional e que se destina a apoiar um aluno do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra.” -----
- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.1.3 - Refeições Escolares - Ano Letivo de 2014/2015 - Procedimento

- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----
- “Venho, pela presente, informar V.Exª que o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, informou que a partir do próximo dia 03 de novembro de 2014 as refeições dos alunos do 1º Ciclo passarão a ser adquiridas pelos alunos através do Cartão do Aluno (cartão GIAE – Gestão Integrada para Administração Escolar) tal como já ocorre, com os alunos dos restantes ciclos de ensino na escola sede daquele Agrupamento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Desta forma torna-se obrigatório a marcação das refeições pelos alunos, independentemente do escalão, e sempre até ao dia anterior. -----

----- Mais informo, que no que respeita ao pagamento das referidas refeições, os alunos pagam diretamente na escola a parte que lhe corresponde através do carregamento do seu cartão. -----

----- Ficando assim, a cargo do Município o pagamento diferencial que corresponde a 0,22 € por cada aluno e que abrange todos os alunos do 1º Ciclo, excetuando-se os alunos que são acompanhados pela Ação Social Escolar. -----

----- Neste caso os alunos que são subsidiados a 100%, o Município paga o valor total de cada refeição e os alunos subsidiados a 50%, o Município paga os restantes 50% mais o diferencial do valor total de cada refeição. -----

----- Desta forma as responsabilidades do Município no que se refere ao pagamento por parte do mesmo mantêm-se inalteradas. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - AÇÃO SOCIAL

4.2.1 - Proposta de escalão de apoio a mensalidade - Residência de Estudantes

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento de anos anteriores e tendo em conta o ofício enviado pela Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra, solicitando apoio no pagamento das mensalidades dos alunos, venho por este meio remeter tabela com proposta de apoio. -----

----- À consideração superior." -----

Mensalidades Residência

Escalão	Total	Família (% / €)		Autarquia (% / €)	
A	41,92 €	20%	8,38 €	80%	33,54 €
B	83,84 €	25%	20,96 €	75%	62,88 €



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

C	146,73 €	35%	65,70 €	65%	95,37 €
Sem escalon	209,61 €	70%	146,73 €	30%	62,88 €

---- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

---- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

---- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

---- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

ENCERRAMENTO

---- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----


